

# Senado aprovou mais do que Câmara

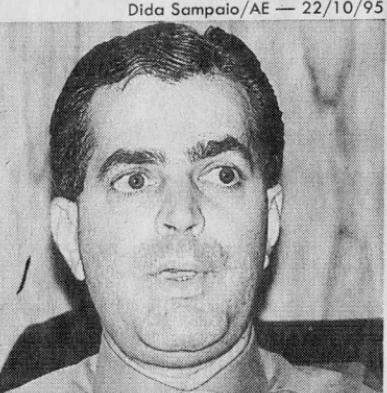
NO PRIMEIRO SEMESTRE, SENADORES CONCLUÍRAM 253 MATÉRIAS, CONTRA 34 REALIZADAS PELOS DEPUTADOS

O Senado foi sete vezes e meia mais eficiente do que a Câmara durante o primeiro semestre. De 15 de fevereiro ao final de junho, os senadores concluíram 253 matérias contra apenas 34 da Câmara. Os deputados perderam 81 dias com o exame da reforma da Previdência. Os senadores souberam livrar-se mais rápido de um assunto também complicado: o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

A Câmara, presidida por Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), trabalhou muito durante a convocação extraordinária, de 8 de janeiro a 14 de fevereiro. Neste período, votou 14 propostas. Apro-

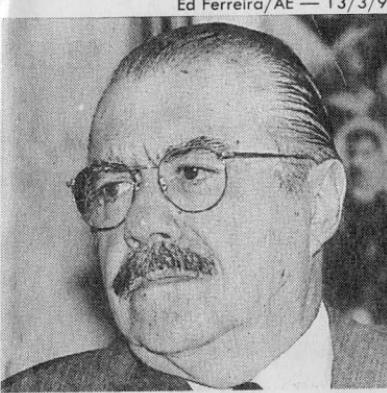
vou 13 e rejeitou 1 — justamente a de maior interesse do governo, que permitia a cobrança de contribuições à Previdência de todos os aposentados dos três poderes da União. Com a derrota, o governo deixou de arrecadar R\$ 1,7 bilhão. Nesse mesmo tempo, o Senado, presidido por José Sarney (PMDB-AP), dedicou-se a denúncias de superfaturamento na instalação do Sivam.

Em 1995 a votação e aprovação de emendas foi tranquila para o governo. As cinco emendas da ordem econômica — quebra do monopólio da Petrobrás na exploração e refino de petróleo, quebra do monopólio estatal das tele-



Luís Eduardo Magalhães

comunicações, abertura da navegação de cabotagem, fim do monopólio dos Estados na distribuição do gás canalizado e mudança no conceito de empresa brasileira — foram aprovadas em poucos



José Sarney

meses na Câmara e no Senado. Em 1996 a situação ficou difícil. A Câmara ficou praticamente paralisada por causa da reforma da Previdência. Para apreciar outros assuntos, teve de convocar sessão

extra. Em abril, à base dos extras, a Câmara votou 18 projetos. Aprovou 17 e rejeitou 1.

Em maio o aproveitamento caiu para seis matérias e, em junho, para oito, incluída aí a reforma da Previdência. Na última semana de trabalho deste mês, o plenário da Câmara aprovou, também em sessão extra, o projeto de lei que proíbe a prática do fumo em vários locais. A proposta, que será transformada em lei assim que for sancionada pelo presidente Fernando Henrique, vai restringir a propaganda de fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos e defensivos agrícolas.

Durante os trabalhos de 15 de

fevereiro a 28 de junho, o Senado mandou à sanção presidencial 23 projetos de lei. Aprovou ainda 42 concessões de rádio e de televisão, 42 operações de crédito, 22 acordos internacionais e 3 propostas de emenda constitucional, sendo a mais importante a que cria a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). O senado aprovou ainda 35 projetos, todos enviados à Câmara, mais 12 projetos de lei em comissões, com decisão terminativa e dezenas de autorização para a nomeação de embaixadores. Foram também arquivadas 23 matérias, rejeitadas 9 e arquivadas 14.

**João Domingos**